

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74
--	----

Motivos de Reapresentação	75
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000.452.329
Preferenciais	0
Total	10.000.452.329
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	21.720.010	21.753.377
1.01	Ativo Circulante	941.151	749.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	245.152	77.324
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	245.152	77.324
1.01.03	Contas a Receber	351.989	382.927
1.01.03.01	Clientes	351.989	382.927
1.01.03.01.01	Contas a receber	351.989	382.927
1.01.04	Estoques	70.500	68.419
1.01.04.01	Estoques	70.500	68.419
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.904	59.059
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.904	59.059
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	23.212	22.432
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	5.692	36.627
1.01.07	Despesas Antecipadas	38.006	37.604
1.01.07.01	Despesas Pagas Antecipadamente	38.006	37.604
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	206.600	124.358
1.01.08.03	Outros	206.600	124.358
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	161.992	83.131
1.01.08.03.04	Outros Ativos	44.608	41.227
1.02	Ativo Não Circulante	20.778.859	21.003.686
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.773.847	1.764.489
1.02.01.07	Tributos Diferidos	505.357	505.367
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	505.357	505.367
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	119.517	128.464
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.148.973	1.130.658
1.02.01.10.03	Tributos compensáveis	6	6
1.02.01.10.04	Depósitos em Garantia	104.383	103.391
1.02.01.10.05	Dispêndios Reembolsáveis	1.042.945	1.025.622
1.02.01.10.20	Outros Ativos	1.639	1.639
1.02.03	Imobilizado	18.843.764	19.074.788
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.709.473	18.943.133
1.02.03.01.01	Terrenos	161.134	162.869
1.02.03.01.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.976.970	7.070.074
1.02.03.01.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	3.755.139	3.794.972
1.02.03.01.04	Máquinas e equipamentos	7.811.326	7.910.155
1.02.03.01.05	Móveis e Utensílios	3.102	3.073
1.02.03.01.06	Veículos	1.802	1.990
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	134.291	131.655
1.02.03.03.01	Terrenos	6.914	4.690
1.02.03.03.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	59.179	59.179
1.02.03.03.04	Máquinas e Equipamentos	18.208	44.359
1.02.03.03.05	Veículos	1.400	1.385
1.02.03.03.06	Móveis e Utensílios	0	55
1.02.03.03.07	Material em Depósito	19.264	19.408
1.02.03.03.08	Outros	29.326	2.579
1.02.04	Intangível	161.248	164.409

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.04.01	Intangíveis	161.248	164.409
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Uso do Bem Público	148.308	149.903
1.02.04.01.03	Servidão Permanente	8.869	8.964
1.02.04.01.04	Software	4.071	4.722
1.02.04.01.05	Direito de Uso	0	820

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	21.720.010	21.753.377
2.01	Passivo Circulante	1.083.463	1.174.232
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.725	13.241
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.725	13.241
2.01.01.01.02	Salários e Encargos a Pagar	3.725	13.241
2.01.02	Fornecedores	437.554	521.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	437.554	521.182
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	437.554	521.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	46.991	59.644
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46.991	59.644
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Sociais	46.991	59.644
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	312.048	284.507
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	73.576	73.428
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	73.576	73.428
2.01.04.02	Debêntures	238.472	211.079
2.01.04.02.01	Debêntures	238.472	211.079
2.01.05	Outras Obrigações	239.325	234.551
2.01.05.02	Outros	239.325	234.551
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	18.392	17.287
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	109.712	97.489
2.01.05.02.06	Credores Diversos	12.005	22.262
2.01.05.02.07	Concessões a Pagar	23.076	22.875
2.01.05.02.08	Encargos Regulamentares e Setoriais	76.140	74.638
2.01.06	Provisões	43.820	61.107
2.01.06.02	Outras Provisões	43.820	61.107
2.01.06.02.04	Provisões Socioambientais	43.820	61.107
2.02	Passivo Não Circulante	17.802.831	17.317.993
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.978.975	15.675.160
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.099.784	10.924.960
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	11.099.784	10.924.960
2.02.01.02	Debêntures	4.879.191	4.750.200
2.02.01.02.01	Debêntures	4.879.191	4.750.200
2.02.02	Outras Obrigações	1.237.737	1.068.676
2.02.02.02	Outros	1.237.737	1.068.676
2.02.02.02.03	Cauções em Garantia	431.454	420.669
2.02.02.02.04	Adiantamento de Clientes	442.517	178.897
2.02.02.02.05	Concessões a Pagar	256.499	252.706
2.02.02.02.06	Fornecedores	59.538	161.713
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	44.425	50.961
2.02.02.02.08	Obrigações Vinculadas a Concessão	3.304	3.730
2.02.04	Provisões	586.119	574.157
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.603	43.723
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	46.603	43.723
2.02.04.02	Outras Provisões	539.516	530.434
2.02.04.02.04	Provisões Socioambientais	194.561	191.197
2.02.04.02.05	Outras Provisões	344.955	339.237

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03	Patrimônio Líquido	2.833.716	3.261.152
2.03.01	Capital Social Realizado	9.664.356	9.664.356
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.830.640	-6.403.204

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	775.543	744.679
3.01.01	Receita Líquida de Venda de Energia	775.543	744.679
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-617.685	-408.041
3.02.01	Custo com Venda de Energia Elétrica	-328.334	-132.895
3.02.02	Custo de Operação	-289.351	-275.146
3.03	Resultado Bruto	157.858	336.638
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.704	-29.360
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.704	-25.880
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-3.480
3.04.05.01	Outras Despesas	0	-3.480
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	133.154	307.278
3.06	Resultado Financeiro	-560.580	-383.228
3.06.01	Receitas Financeiras	24.914	34.431
3.06.02	Despesas Financeiras	-585.494	-417.659
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-427.426	-75.950
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10	-109
3.08.02	Diferido	-10	-109
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-427.436	-76.059
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-427.436	-76.059
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-42,74000	-7,61000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-42,74000	-7,61000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-427.436	-76.059
4.03	Resultado Abrangente do Período	-427.436	-76.059

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	268.007	59.849
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	369.471	484.670
6.01.01.01	Prejuízo do Período Antes do IR e da CS	-427.426	-75.950
6.01.01.04	Provisão Contingência	2.880	2.084
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	215.584	212.054
6.01.01.06	Perda com Baixa Imobilizado	26.845	1.117
6.01.01.07	Baixa Intangível	1.589	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	549.195	345.365
6.01.01.20	Outros Custos Operacionais	804	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	99.043	-395.315
6.01.02.01	Contas a Receber	30.938	-20.612
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	-780	-3.636
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	30.935	-504
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	8.545	12.051
6.01.02.06	Fornecedores	-2.033	-16.965
6.01.02.07	Salários e Encargos a Pagar	-9.516	-3.216
6.01.02.08	Obrigações Vinculadas a Concessão - P&D	-5.590	2.637
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	-19.189	-15.856
6.01.02.10	Adiantamentos de Clientes	275.843	-43.224
6.01.02.11	Outros Passivos	-10.257	-17.060
6.01.02.12	Encargos Regulamentares e Setoriais	6.666	-3.243
6.01.02.13	Provisões Socioambientais	-17.287	-43.098
6.01.02.14	Outros Ativos	-5.462	-210
6.01.02.17	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-184.987	-241.261
6.01.02.18	Encargos de Uso da Rede	1.217	-1.118
6.01.03	Outros	-200.507	-29.506
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-194.756	-23.971
6.01.03.03	Pagamento de Uso do Bem Público	-5.751	-5.535
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-89.686	17.121
6.02.01	Depósitos em Garantia	-79.853	22.061
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-9.803	-3.284
6.02.03	Adições ao Intangível	-30	-1.656
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.493	-9.784
6.03.01	Pagamento de Financiamentos - Principal	-10.493	-9.784
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	167.828	67.186
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.324	66.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	245.152	133.360

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-427.436	0	-427.436
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-427.436	0	-427.436
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-6.830.640	0	2.833.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.059	0	-76.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.059	0	-76.059
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-5.546.745	0	4.117.611

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	866.079	851.869
7.01.02	Outras Receitas	866.079	851.869
7.01.02.01	Receitas Operacionais	866.079	851.869
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-402.698	-195.041
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-392.383	-168.474
7.02.04	Outros	-10.315	-26.567
7.03	Valor Adicionado Bruto	463.381	656.828
7.04	Retenções	-215.157	-211.339
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-215.157	-211.339
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	248.224	445.489
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.914	34.431
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	273.138	479.920
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	273.138	479.920
7.08.01	Pessoal	17.186	19.100
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.922	13.332
7.08.01.02	Benefícios	4.216	4.401
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.048	1.367
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	98.638	124.859
7.08.02.01	Federais	59.164	76.965
7.08.02.02	Estaduais	39.028	47.298
7.08.02.03	Municipais	446	596
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	584.750	412.020
7.08.03.01	Juros	584.387	411.433
7.08.03.02	Aluguéis	363	587
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-427.436	-76.059
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-427.436	-76.059



DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS RELEASE 1T20

C RELEASE 1T20

DESTAQUES DO PERÍODO E EVENTOS SUBSEQUENTES

- **4ª Maior geradora** do SIN, no acumulado do trimestre, com uma **produção de 6.324GWh**;
- **Restabelecimento da Garantia Física** da Usina em seu valor original de **2.424,2 MW médio (em 07/02/2020)**;
- **Ressarcimento** pelo transformador provisório na subestação Coletora Porto Velho **(TF13)** em **R\$ 25 milhões, parcela única, por meio da liquidação financeira da CCEE** (Câmara de Comercialização de Energia);
- Evento subsequente: A Companhia obteve **a suspensão do pagamento** das parcelas de abril até dez/20 do financiamento do FNO, no montante de **R\$ 57 milhões** (Programa de mitigação da COVID-19);
- Evento subsequente: **Manutenção** dos **ratings** pela agência Fitch Ratings da **1ª e 3ª Emissões de Debêntures** em **BBB-(bra)**.

C RELEASE 1T20

A SANTO ANTÔNIO ENERGIA ("SAE")

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia. É uma das cinco maiores obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil.

A UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, com capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física. Destaca-se a utilização de turbinas do tipo "Bulbo"* – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água (usina a fio d'água). Teve sua construção iniciada no segundo semestre de 2008 e a 1ª unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto no Contrato de Concessão (o Contrato de Concessão tem duração de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008).

Em fase de geração plena, com todas as 50 unidades geradoras em operação comercial desde janeiro/2017, a UHE Santo Antônio gera energia com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente e sem apresentar qualquer limitação de desempenho produzindo energia de fonte limpa e renovável suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

UHE Santo Antônio Energia

Capacidade instalada	3.568MW
Garantia física	2.424MW
Investimento total	20bi
Início das obras	Setembro, 2008
Entrada em operação comercial	Março, 2012
Conclusão	Dezembro, 2016
Unidades geradoras	50



***Turbinas bulbo:** Tecnologia inovadora com baixo impacto ambiental, que viabilizou a implementação da UHE Santo Antônio no Rio Madeira, as referidas turbinas possibilitaram o aproveitamento da alta vazão do Rio Madeira para gerar energia com reservatório reduzido e pequena queda d'água. Esta redução do tamanho do reservatório utilizado contribuiu, inclusive, para reduzir o valor dos investimentos com a aquisição e arrendamento de imóveis, o remanejamento da população ribeirinha, a supressão de vegetação e o resgate de fauna, necessários para a construção da Usina.

C RELEASE 1T20

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pela disseminação do novo Coronavírus (COVID-19). A SAE vem adotando diversas medidas preventivas de gerenciamento, as quais se estendem desde o isolamento social, indo até a preparação para, se necessário, trabalho na operação e manutenção da Usina em regime de confinamento.

Nesse contexto, tão logo, a Companhia tomou conhecimento da propagação do vírus no Brasil, e instalou um comitê permanente de crise, que imediatamente adotou as medidas recomendadas pelas Organização Mundial da Saúde - OMS, a fim de garantir a proteção e o monitoramento do bem-estar de seus integrantes e colaboradores terceiros, assegurando a geração plena de energia para o sistema elétrico, recurso fundamental para todo país, principalmente durante o período da pandemia.

Desta forma, os integrantes e colaboradores parceiros passaram a trabalhar em regime de home office de todas as atividades corporativas, tanto na sede em São Paulo como na sede da Usina (em Porto Velho). Com relação as atividades operacionais da UHE Santo Antônio, estão sendo mantidas, contudo, foram reduzidas ao mínimo necessário para manter o bem-estar de seus integrantes e a normalidade da operação e manutenção.

Nos segmentos de Comercialização e Geração, observa-se que a Companhia tem contratos de longo prazo, tendo comercializado 100% do volume de energia assegurada da Usina. Cerca de 70% no mercado regulado e o restante no mercado livre. Estes contratos asseguram o fluxo normal do faturamento, deste modo, os contratos do ambiente regulado não podem ser alterados, como também, descumpridos sem a anuência da ANEEL.

Visando neutralizar eventuais impactos na cadeia dos serviços de energia elétrica, as autoridades públicas vêm editando medidas que objetivam assegurar o fluxo financeiro das distribuidoras e, assim, garantir a normalidade do restante dos integrantes do sistema.

Até o encerramento do primeiro trimestre de 2020, não foi registrado qualquer evento ou ação objetiva que impacte à SAE. Na visão da Companhia, as eventuais mudanças no consumo dos serviços de energia elétrica não afetarão, de forma significativa, a previsibilidade da receita.

Vale ressaltar que, mesmo em um cenário desafiador, a UHE Santo Antônio continua produzindo energia conforme demandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, apresentando uma variação positiva de 41% na produção acumulada do primeiro trimestre, quando comparado ao mesmo período de 2019, sendo 2.927,05 MW médio e 2.074,30 MW médio respectivamente.

A Companhia monitora permanentemente a evolução da pandemia e mantém atualizados distintos cenários de desdobramento e respectivos impactos nas vertentes operacional, financeira, regulatória e jurídica, tendo adotado medidas mitigatórias no

C RELEASE 1T20

sentido de assegurar a continuidade da excelência da operação e manutenção da UHE Santo Antônio, de modo a garantir a liquidez financeira da SAE.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Na tabela a seguir, apresenta-se os principais itens dos resultados da Companhia, e as variações entre o realizado do primeiro trimestre do ano de 2020 versus 2019.

Principais Indicadores	R\$ MM		
	1T20	1T19	Variação
Receita Líquida	776	745	4%
Custos Operacionais	(618)	(408)	51%
Despesas Gerais e Administrativas	(24)	(25)	-4%
CAPEX	22	52	-58%
Resultado Operacional	133	307	-57%
EBITDA	348	519	-33%
Prejuízo Líquido	(427)	(76)	462%

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais no primeiro trimestre de 2020 totalizaram R\$ 618 milhões, aumento de R\$ 210 milhões quando comparado ao trimestre de 2019 (R\$ 408 milhões). Esse aumento é explicado substancialmente pelo agravamento do GSF/PLD e aumento de recompra de lastro, em relação ao 1T19, para mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF).

	R\$ MM	
	1T20	1T19
Com energia	(367.125)	(159.637)
CCEE	31.447	198.636
Energia Comprada/Outros	(164.985)	(121.277)
Uso e conexão	(268.120)	(250.459)
Crédit. de Pis e Cofins	34.533	13.463
De operação	(250.560)	(248.404)
Pessoal	(13.920)	(16.321)
Material	(4.942)	(3.441)
Serviços de terceiros	(16.869)	(20.245)
Depreciação e amortização	(214.829)	(208.397)
TOTAL	(617.685)	(408.041)

C RELEASE 1T20

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2020 totalizaram R\$ 25 milhões, praticamente em linha, quando comparado ao mesmo período de 2019, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ MM	
	1T20	1T19
Pessoal	(6.638)	(6.167)
Fees e comissões para bancos	(804)	(800)
Serviços de terceiros	(13.666)	(10.152)
Amortização	(328)	(2.942)
Alugueis e arrendamentos	(341)	(535)
Seguros	(279)	(2.983)
Tributos	(32)	(267)
Outras	(2.616)	(2.034)
	(24.704)	(25.880)

CAPEX

A SAE investiu aproximadamente R\$ 22 milhões no primeiro trimestre de 2020, esses investimentos ocorrem devido as obrigações fundiárias e socioambientais junto aos órgãos ANA (Agência Nacional das Águas) e IBAMA (O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

EBITDA

O EBITDA do primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 348 milhões (margem 45%), redução de 33% quando comparado ao mesmo período de 2019 de R\$ 519 milhões (margem 70%). Essa redução ocorreu devido exclusivamente, ao aumento dos custos operacionais com energia elétrica, reflexo das liquidações negativas junto à CCEE e das compras bilaterais realizadas, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF), além do agravamento do GSF/PLD em relação ao 1T19.

	R\$ MM	
Descrição	1T20	1T19
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(427,4)	(76,1)
(+) Despesas financeiras líquidas	560,6	383,2
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,0	0,1
(+) Depreciação e amortização ^(*)	215,2	211,3
EBITDA	348,4	518,5
Receita líquida	775,5	744,7
Margem EBITDA	45%	70%

(*) Inclui a depreciação e amortização das despesas gerais e administrativas.

C RELEASE 1T20

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do período foi de R\$ 560 milhões, uma variação negativa de 46%. Essa variação é decorrente do índice de atualização do período (IPCA) 0,90% (1T19) vs. 1,61% (1T20), além de incidir sobre um saldo maior de dívida quando comparado ao mesmo período de 2019.

	R\$ MM	
	1T20	1T19
Receita financeira	24.914	34.431
Juros de dívidas	(535.801)	(356.267)
Variação monetária	(48.442)	(57.709)
Outras despesas financeiras	(1.251)	(3.683)
	(560.580)	(383.228)

PREJUÍZO DO PERÍODO

O prejuízo líquido acumulado deste primeiro trimestre foi de R\$ 427 milhões, aumento de R\$ 351 milhões, quando comparado ao mesmo período de 2019 (R\$ 76,1 milhões). O prejuízo apurado do período é devido ao (i) aumento dos custos operacionais com energia elétrica e (ii) aumento das despesas financeiras, conforme mencionado nos itens anteriores.

A UHE Santo Antônio foi implantada na modalidade de Project Finance, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos.

PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

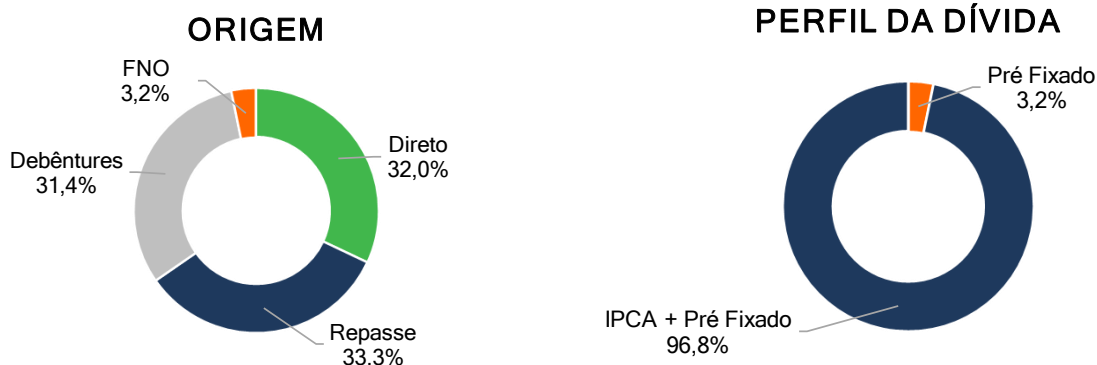
O saldo da dívida da SAE em 31 de março de 2020 correspondia a R\$ 16.313 milhões. O detalhamento da dívida por tipo de financiamento e por forma de indexação estão demonstradas na tabela a seguir:

				R\$ MM	
Origem	Custo	Dívida Bruta	%	Venc.	
BNDES		10.660	65%	-	
BNDES Direto	TLP* + 3,9%	5.221	32%	set-40	
BNDES Repasse	TLP* + 4,7%	5.439	33%	set-40	
FNO	10% Pré-fixado**	526	3%	dez-30	
Debêntures		5.127	31%	-	
1ª Emissão		3.644	22%	-	
1ª Série	IPCA + 6,5%	1.860	11%	out-37	
2ª Série		1.784	11%	jun-38	
2ª Emissão		491	3%	dez-22	
3ª Emissão		991	6%	-	
1ª Série	IPCA + 7,05%	283	2%	abr-22	
2ª Série	IPCA + 7,49%	709	4%	abr-24	
Total		16.313	100%		

C RELEASE 1T20

* TLP = IPCA + 2,98%.

** Taxa de 8,5% a.a. considerando um bônus de adimplência.



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - BNDES FINEM

- Carência de principal até dez/24;
- Pagamento gradual dos juros conforme tabela abaixo:

jan-19	jul-19	jan-21	jan-22-23	jan-24	jan-25
5%	50%	60%	80%	90%	100%

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - FNO

- Pagamento mensal de principal e juros até dezembro/2030;
- Amortização Price.

Em 09 de abril de 2020, a Companhia, utilizando-se do programa de mitigação dos impactos do COVID-19 instituído pelo Banco da Amazônia S.A. –FNO, obteve o deferimento do pedido de postergação dos pagamentos de 09 parcelas vincendas do financiamento FNO, relativas aos meses de abril a dezembro de 2020. As parcelas postergadas serão capitalizadas ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão dos pagamentos e sem alteração do prazo de amortização da dívida (até dez/30).

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - DEBÊNTURES

1ª Emissão de debêntures:

- 1ª Série: Pagamento anual de juros e principal, a partir de outubro/2023;
- 2ª Série: Pagamento anual de juros e principal, a partir de junho/2024.

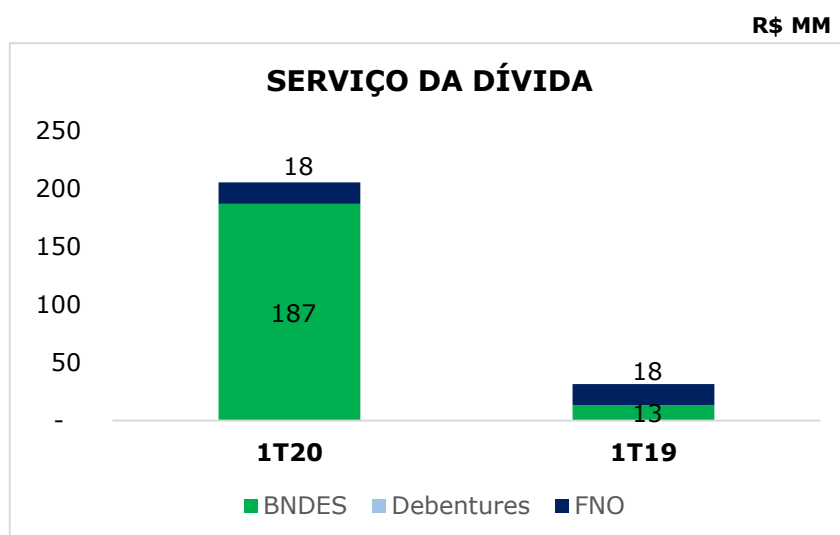
C RELEASE 1T20

2ª Emissão de debêntures:

- Pagamento semestral de juros (junho e dezembro);
- Pagamento anual de principal: 2017 – 5,5%; 2019 – 17,5%; 2020 – 25%; 2021 – 24% e o saldo remanescente em 2022.

3ª Emissão de debêntures:

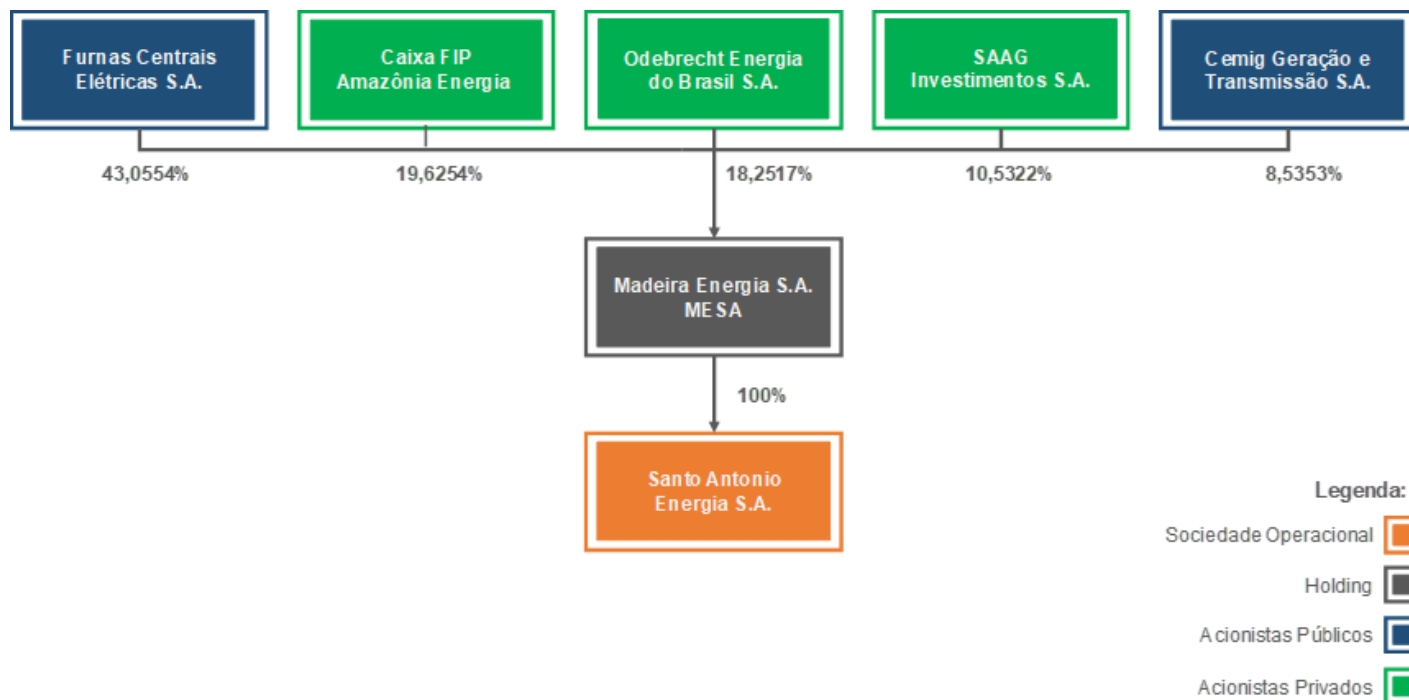
- Pagamento semestral de juros (abril e outubro);
- 1ª Série: Pagamento anual de principal: 2020 – 16,4%; 2021– 49,3%; o saldo remanescente em 2022.
- 2ª Série: Pagamento anual de principal: 2022 – 25,1%; 2023– 55,6%; o saldo remanescente em 2024.



COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A SAE é controlada pela Madeira Energia S/A – MESA, empresa esta que detém 100% do seu capital total e possui a seguinte composição acionária:

C RELEASE 1T20



COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

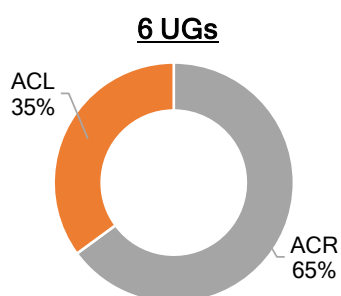
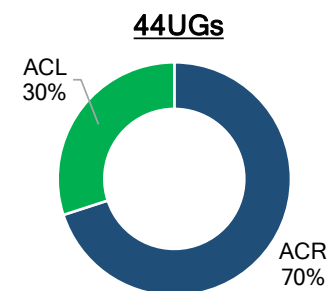
A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (Empresas distribuidoras de energia elétrica) cujo preço médio (base mar/20) é de R\$ 150,85 o megawatt hora, com vencimento no ano de 2041.

Os restantes 30% da energia assegurada foi negociado na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes, a um preço médio (base mar/20) de R\$ 251,02 o megawatt hora, com vencimento no ano de 2027.

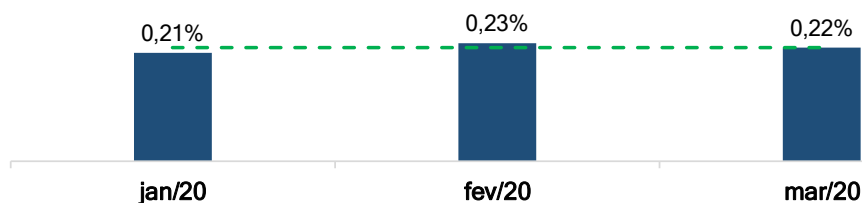
A energia adicional, referente às 06 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia a um preço médio de R\$ 162,93 o megawatt hora (base mar/20), que começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no ACL, a uma tarifa equivalente a R\$ 152,30 o megawatt hora (base mar/20) com vencimento em dezembro de 2029.

C RELEASE 1T20



Inadimplência 1T20^(*)



^(*)Inadimplência: (Inadimplência)/(Receita Total Mês)

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Hidrelétrica Santo Antônio é referência em produção de energia limpa e de fonte renovável no Brasil e no mundo.

Desde a sua concepção, o projeto da Hidrelétrica Santo Antônio foi idealizado para obter o máximo aproveitamento do potencial dos recursos hídricos do rio Madeira, com o mínimo impacto socioambiental na região, cuja preservação da biodiversidade é foco permanente. Um investimento superior a R\$ 2 bilhões em sustentabilidade permitiu que 28 programas socioambientais fossem desenvolvidos para mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

No último trimestre de 2019 a Companhia obteve a retificação da Licença de Operação Definitiva da Usina (LO) nº 1044/2011, com validade até maio de 2026, viabilizando o restabelecimento total da garantia física da Usina em 2.424,2 MW médio.

Em face da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o IBAMA autorizou a redução de algumas atividades do PBA e divulgou a postergação de envio do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP de 2020 (ano-base 2019).

Em fase de geração plena, com 50 turbinas em operação comercial, a hidrelétrica continua sendo um importante vetor de desenvolvimento sustentável na região. Desde o início da operação comercial, a Companhia já pagou R\$ 476 milhões em royalties – Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), distribuídos entre

C **RELEASE 1T20**

o Estado de Rondônia (25%), Município de Porto Velho (65%) e União (10%). Essa contribuição permanente é muito importante para o desenvolvimento da região.

COMPLIANCE

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia revisitou suas atividades, para desenvolvimento de campanhas e treinamentos específicos, auditorias, investigações e mapeamento de processos internos.

No cenário de crise do COVID-19, a Companhia desenvolveu um plano com a finalidade de identificar e avaliar riscos específicos, tais como: (i) riscos relacionados a contratações diretas de serviços e insumos básicos, (ii) riscos relacionados a pedidos de doações e (iii) riscos relacionados a um possível relaxamento de políticas internas, entre outros.

Dentre as ações deste plano destaca-se: (i) a comunicação diária proativa com as áreas, reforçando que o Código de Ética e Conduta, processos, políticas e procedimentos, continuam vigentes e sem alterações, (ii) monitoramento de aquisição de insumos e contratação de serviços relacionados à COVID-19; (iii) reforço nas atividades de compliance do dia-a-dia.

Todas as atividades já programadas para o ano de 2020, foram redesenhadas com a finalidade de sofrer o mínimo impacto possível decorrente da pandemia, e continuam sendo executadas de forma remota pelos integrantes da SAE.

A Companhia vem desenvolvendo diversas ações e boas práticas, para que a cultura da SAE, esteja cada vez mais presente no dia-a-dia de seus integrantes.

C RELEASE 1T20

Balço Patrimonial (31 de março de 2020)

(Em milhares de reais)

Ativo	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019	Passivo e patrimônio líquido	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	245.152	77.324	Fornecedores	437.554	521.182
Contas a receber	351.989	382.927	Obrigações estimadas com pessoal	3.725	13.241
Imposto de renda e contribuição social a recupera	23.212	22.432	Empréstimos e financiamentos	73.576	73.428
Tributos compensáveis	5.692	36.627	Debêntures	238.472	211.079
Estoques	70.500	68.419	Impostos e contribuições	46.991	59.644
Depósitos em garantia	161.992	83.131	Adiantamentos de clientes	109.712	97.489
Despesas pagas antecipadamente	38.006	37.604	Encargos regulamentares e setoriais	76.140	74.638
Outros ativos	44.608	41.227	Concessões a pagar	23.076	22.875
	941.151	749.691	Provisões socioambientais	43.820	61.107
			Cauções em garantia	18.392	17.287
			Provisão para contingências	-	-
			Outros passivos	12.005	22.262
				1.083.463	1.174.232
Não circulante			Não circulante		
Tributos compensáveis	6	6	Fornecedores	59.538	161.713
Depósitos em garantia	104.383	103.391	Empréstimos e financiamentos	11.099.784	10.924.960
Despesas pagas antecipadamente	119.517	128.464	Debêntures	4.879.191	4.750.200
Dispêndios reembolsáveis	1.042.945	1.025.622	Impostos e contribuições	44.425	50.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	505.357	505.367	Adiantamentos de clientes	442.517	178.897
Outros ativos	1.639	1.639	Concessões a pagar	256.499	252.706
			Obrigações vinculadas à concessão	3.304	3.730
			Provisões socioambientais	194.561	191.197
			Cauções em garantia	431.454	420.669
			Provisão para contingências	46.603	43.723
			Outras provisões	344.955	339.237
				17.802.831	17.317.993
Imobilizado			Patrimônio líquido		
Intangível	18.843.764	19.074.788	Capital social	9.664.356	9.664.356
	161.248	164.409	Prejuízos acumulados	(6.830.640)	(6.403.204)
	20.778.859	21.003.686		2.833.716	3.261.152
Total do ativo	21.720.010	21.753.377	Total do passivo e do patrimônio líquido	21.720.010	21.753.377

C **RELEASE 1T20*****Demonstrações do resultado (31 de março de 2020)***

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receita operacional líquida	775.543	744.679
Receita líquida de venda de energia	775.543	744.679
Custos do serviço de energia elétrica	(617.685)	(408.041)
Custo com venda de energia elétrica	(328.334)	(132.895)
Custo de operação	(289.351)	(275.146)
Lucro operacional bruto	157.858	336.638
Despesas gerais e administrativas	(24.704)	(25.880)
Outras receitas	-	-
Outras despesas	-	(3.480)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-
Resultado operacional	133.154	307.278
Receitas financeiras	24.914	34.431
Despesas financeiras	(585.494)	(417.659)
Despesas financeiras, líquidas	(560.580)	(383.228)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(427.426)	(75.950)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10)	(109)
Prejuízo do período	(427.436)	(76.059)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	(42,74)	(7,61)

Hidrelétrica
Santo Antônio



Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, "Categoria B", nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

a) Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

Em 26 de julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia divulgou a Portaria nº 222 de 24 de julho de 2017, reduzindo parcial e temporariamente a garantia física da ampliação da UHE Santo Antônio em 96,1 MW médios, por força da condição operativa estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autorizou a operação do reservatório na cota 71,3 m para vazões de até 24.000 m³/s, até que sejam desafetadas as áreas de unidades de conservação ambiental. Essa redução não afetou a energia comercializada pela Companhia.

Em 11 de abril de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 102/2016, apresentado pelo Governo do Estado de Rondônia para liberação das áreas de 03 (três) Unidades de Conservação Estaduais. Com base neste fato, o IBAMA publicou em 30/05/2018 a Autorização Especial nº 15/2018, autorizando a Santo Antônio Energia a operar o reservatório da UHE Santo Antônio seguindo a seguinte regra operativa:

- Operação na cota 71,3m, para vazões afluentes ao reservatório de até 34.000 m³/s.
- Operação na cota 70,5m, para vazões afluentes ao reservatório acima de 34.000 m³/s.

Em razão dessa nova condição operativa, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 155 de 11 de julho de 2018, retificada em 19 de fevereiro de 2019, restabelecendo a Garantia Física da usina em 58 MW médios, totalizando então 2.386,1 MW médios.

Em 04 de dezembro de 2019, foi publicado pelo IBAMA a Licença de Operação nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação, com validade até 17/05/2026.

Notas Explicativas

Em 07 de fevereiro de 2020, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE do Ministério de Minas e Energia - MME, em atendimento ao pedido da Companhia, publicou o Despacho Decisório nº 1/2020-SPE/MME reestabelecendo a integralidade da Garantia Física da UHE Santo Antônio de 2.424,2 MW médios, por entender que a Licença de Operação do IBAMA nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação, considera a cota de operação em 71,30 m, valor que consta do projeto básico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.075/2013.

Em 31 de março de 2020, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

b) Comercialização de energia elétrica

A energia elétrica é produzida e comercializada pela Companhia, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% (1.552,6 MW médios) da energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (2.218 MW médios) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 - ANEEL.

Estruturalmente, o saldo de 30% da Garantia Física do projeto original (665,4 MW médios) foi comercializado na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs.

A Energia referente à ampliação da UHE Santo Antônio (206,2 MW médios) foi comercializada através do 19º leilão de energia A-3 realizado em 6 de junho de 2014, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia líquidos de perda, distribuídos em 28 CCEARs. Os 70 MW médios restantes foram comercializados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs.

Em dezembro de 2017 a Companhia realizou descontrações no ambiente regulado pela Resolução ANEEL Nº 711/16: para o ano de 2018, foram descontratados 387,819 MW médios; para o ano de 2019, permaneceram descontratados 151,689 MW médios; para o período de 2020 a 2041, o volume descontratado é de 1,36 MW médios. Além disso, em junho e outubro de 2018, a Companhia descontratou, no ambiente livre, 150 e 50 MW médios, respectivamente, totalizando um volume de 200 MW médios descontratados. Esse volume permanecerá descontratado nos anos de 2019 e 2020, visando à proteção do risco hidrológico.

Em janeiro de 2019 ocorreu o término das descontrações (Resolução 711) de alguns contratos do Mercado Regulado (ACRs), retomando o faturamento de alguns contratos, totalizando 236 MWm.

Em setembro de 2019, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE processou a recontabilização referente à aplicação do Despacho ANEEL nº 1635/2019, que trata do ressarcimento aos geradores hidroelétricos pelo deslocamento hidráulico provocado pela Geração Termoelétrica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, o que gerou uma redução de custo (nota explicativa nº 24 (a)) de R\$9.520 à Companhia.

Também em setembro de 2019, a CCEE processou a recontabilização referente à operacionalização do Despacho ANEEL nº 2991/2016, que trata do expurgo de parte das indisponibilidades contabilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS no período de agosto de 2014 a abril de 2019. Essa recontabilização gerou uma redução de custo referente ao FID (Fator de Disponibilidade) (nota explicativa nº 24 (a)) para a Companhia no montante de R\$53.000.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

c) Créditos de carbono

Em 2013, a Companhia obteve autorização para o registro na Organização das Nações Unidas - ONU para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Com esta autorização a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global.

De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitidos na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

Graças ao uso de turbinas do tipo "bulbo", uma tecnologia inovadora com baixo impacto ambiental, que viabilizou a implementação da UHE Santo Antônio no Rio Madeira, e possui uma potência instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²). As referidas turbinas possibilitaram o aproveitamento da alta vazão do rio para gerar energia, dispensando a formação de um grande reservatório.

A Companhia reconhece o crédito de carbono quando se realiza a venda.

d) Programa de Integridade da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de *Compliance* e Controles Internos que iniciou a implementação de um Programa de Integridade desenvolvendo um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia mantém seus registros financeiros corretos e fidedignos.

Dentre as atribuições da Área de *Compliance* e Controles Internos está a orientação e apoio às áreas internas em questões relacionadas ao seu Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção, bem como a promoção do adequado desenvolvimento das atividades de gerenciamento de Programa de Integridade dentro da Companhia. Desde 2018, a Companhia vem executando com sucesso atividades de treinamento em eventos presenciais e por intermédio de uma plataforma de treinamento online, e a revisão e mapeamento de riscos de *compliance* que promove a melhoria contínua no Programa e nos controles em linha com às melhores práticas do mercado. A Companhia desenvolveu exemplarmente seu papel de enfrentamento aos desafios reputacionais levantados no passado, tendo implementado todas as recomendações dadas por seus consultores externos para aprimoramento de seus controles internos a partir de investigações independentes. A Alta Administração está totalmente comprometida com o Programa de Integridade da Companhia e monitora as atividades permanentemente.

No segundo semestre de 2019 a Companhia ampliou as atividades de integridade para um extenso trabalho de mapeamento dos riscos estratégicos com a finalidade de monitorá-los e mitigá-los de forma corporativa, ficando sobre a responsabilidade da Área de *Compliance*. Em 2020, a Área de *Compliance* e Controles Internos passou a se chamar Área de Riscos e *Compliance*, agregando para além das atividades de boas práticas de *compliance*, o monitoramento e acompanhamento de riscos estratégicos de negócio dentro de suas atividades principais. Como prática de mercado em grandes companhias, agora todas as atividades de GRC ("Governance, Risk and Compliance") ficam agregadas em uma única gerência, responsável por manter não só o Programa de Integridade da Companhia vivo, como aperfeiçoar as demais áreas de controles da Companhia de forma contínua baseando-se em riscos mapeados.

Notas Explicativas

Ademais, com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, que promove o adequado acompanhamento da governança e reporte periódico à Alta Administração.

e) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2020.

1.1 Eventos relevantes do período

a) Impacto da Pandemia ("vírus" ou "COVID-19") nas Demonstrações Financeiras

A Companhia, assim como todas as demais empresas, bem como a população em geral, vem enfrentando a disseminação do novo coronavírus ("vírus" ou "COVID-19"), que tem exigido várias medidas preventivas de gerenciamento as quais se estendem desde o isolamento social indo até a preparação para, se necessário, trabalho na operação e manutenção da Usina em regime de confinamento.

Nesse contexto, tão logo a Companhia tomou conhecimento da propagação do vírus no Brasil, instalou um comitê permanente de crise, que imediatamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção aos colaboradores sem deixar de garantir a geração plena de energia para o sistema elétrico brasileiro.

Nesse contexto, a Companhia passou a trabalhar em regime de home office de todas as atividades corporativas, tanto na sede em São Paulo como na sede da Usina. As atividades operacionais estão mantidas, mas foram reduzidas ao mínimo necessário para manter a normalidade da operação e manutenção, deixando todos os colaboradores não indispensáveis a este nível de trabalho, em regime de afastamento remunerado.

Os colaboradores da área operacional da Usina, necessários ao regime de operação estabelecido, continuam desempenhando suas atividades normais e, para garantir a geração plena da Usina com segurança, foram adotadas medidas de caráter preventivo, dentre as quais destacam-se: (i) espaçamento das pessoas nos transportes até a Usina; (ii) higienização dos equipamentos, ferramentas e demais instrumentos de trabalho; (iii) suspensão temporárias de viagens, visitas, treinamentos e deslocamentos; (iv) distribuição de cartilhas de orientação e realização de campanhas de comunicação; (v) monitoramento dos colaboradores para identificação de sintomas e imediato afastamento; (vi) medição da temperatura corporal na entrada da Usina; (vii) realização de testes de infecção; e, (viii) preparação de instalações para operação em regime de confinamento, caso torne-se necessário em face do desenvolvimento da disseminação do vírus.

Devido ao ineditismo do evento não há, até o momento, qualquer previsão acurada quanto ao possível desenvolvimento da contaminação e de sua extensão, razão pela qual não é possível, neste momento, desenhar cenários de desdobramentos, tanto no ambiente operacional quanto econômico-financeiro.

Adicionalmente, observa-se que a Companhia tem contratos de longo prazo comercializando 100% do volume de energia assegurada da Usina, sendo cerca de 70% no mercado regulado e o restante no mercado livre. Estes contratos asseguram o fluxo normal do faturamento, sendo que os contratos do ambiente regulado não podem ser alterados/descumpridos sem a anuência da ANEEL.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Visando neutralizar eventuais impactos na cadeia dos serviços de energia elétrica, as autoridades públicas vêm editando medidas que objetivam assegurar o fluxo financeiro das distribuidoras e, assim, garantir a normalidade do restante dos integrantes do sistema.

Até o fechamento dessas informações financeiras intermediárias, não foi registrado qualquer evento ou ação objetiva que impacte a Companhia. Na visão da Companhia, as eventuais mudanças no consumo dos serviços de energia elétrica não afetarão, de forma significativa, a previsibilidade de sua receita.

A Companhia monitora permanentemente a evolução da pandemia e mantém atualizados distintos cenários de desdobramento e respectivos impactos nas vertentes operacional, financeira, regulatória e jurídica, tendo tomado medidas mitigatórias no sentido de assegurar a continuidade da operação da Usina e a liquidez financeira da Companhia.

A Companhia, com suporte de consultoria especializada, realizou avaliação técnica, com o objetivo de identificar os fatores operacionais e financeiros associados à Pandemia da COVID-19 que pudessem causar efeito adverso na sua posição patrimonial e financeira, bem como as ações que estão sendo tomadas pela Administração para minimizar tais efeitos, na data-base destas informações intermediárias. Além disso, a Companhia efetuou análises de sensibilidade nas mais recentes projeções de resultados futuros, considerando cenários hipotéticos de possível inadimplência e a elevação de taxas de desconto em virtude de um cenário de maior risco.

Os procedimentos realizados acima serviram de base para a conclusão da Administração da Companhia de não existirem, até o momento, indicativos de impactos significativos no plano de negócios (PN) da Companhia que poderiam afetar de forma significativa as estimativas de realização dos ativos e dos resultados futuros. As análises de sensibilidade realizadas evidenciaram que não existem indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia, que justificassem a realização de novo teste de *impairment*, uma vez que, em todos os cenários considerados, o valor recuperável dos ativos da Companhia supera seu valor contábil.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme os pronunciamentos CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", que têm como objetivo estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia, de 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

2.2. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº 09), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 10), Provisões socioambientais (nota explicativa nº 17), Provisões para contingências (nota explicativa nº 19) e Outras provisões (nota explicativa nº 20).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

2.6. Capital circulante líquido - CCL negativo

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$142.312 (R\$424.541 em 31 dezembro de 2019), decorrente, principalmente, das contas "Fornecedores" (nota explicativa nº12) onde está incluso o parcelamento do FID II, "Debêntures" (nota explicativa nº13.2) e "Adiantamento de Clientes" (nota explicativa nº15).

As hidrelétricas constituídas sob o formato de "*Project Finance*", estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Dessa forma, para o equacionamento do capital circulante líquido negativo a Companhia, além de contar com contratos de venda de longo prazo que garantem uma regularidade da sua geração operacional de caixa, conta ainda com os impactos positivos decorrentes do reperfilamento de sua dívida contratado em 14/12/2018 (nota explicativa nº 13.1), que ajustou o fluxo de pagamento das suas dívidas à real capacidade de geração recorrente de caixa da Companhia, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

3.1 Instrumentos financeiros

Considerações Gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com o CPC 48 (*IFRS 9*) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando a suas classificações no reconhecimento inicial.

O CPC 48 (*IFRS 9*) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado.
- (ii) Valor justo por meio do resultado.
- (iii) Valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais

Notas Explicativas da S.A.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<u>Ativo/Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado
Dispêndios reembolsáveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado
Cauções em garantia	Custo amortizado

3.2 Gestão de riscos

A Companhia possui políticas, estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos, bem como manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definido no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação. Em 31 de março de 2020 a Companhia possui R\$15.786.873 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, R\$10.659.960 (nota explicativa nº13.1) relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores e R\$5.126.913 (nota explicativa nº13.2) em debêntures, desconsiderando o custo de transação financeira de R\$21.565, ambos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A.-FNO não está contemplado no parágrafo acima pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. (nota explicativa nº13.1 (b)).

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R\$379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (R\$279.575 em 31 de março de 2020, nota explicativa nº16).

Em 31 de março de 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem "ratings" fornecidos por agências internacionais como "Fitch Rating, Standard & Poor's" e "Moody's Investor" e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização da situação do capital circulante negativo (nota explicativa nº 2.6), a Companhia conta com geração operacional de caixa.

(iv) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e consequentemente baixas vazões, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* ("Generation Scaling Factor") para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, vêm executando descontrações / compras de energia para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre.

(v) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de março de 2020, a taxa IPCA será de 3,00% a.a., CDI de 3,16% a.a. e IGPM de 4,31% a.a.. Fontes: Relatório FOCUS/BACEN e BM&F.

Notas Explicativas da S.A.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de março de 2020	Índices estimados	Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Em 31 de março de 2021 Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 4)	245.152	3,16%	252.899	254.836	256.772
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa 6)	266.375	3,16%	274.792	276.897	279.001
Dispêndios reembolsáveis IGPM - (nota explicativa 8)	1.042.945	4,31%	1.087.925	1.099.170	1.110.415
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 13.2)	(5.126.913)	3,00%	(5.280.699)	(5.319.145)	(5.357.592)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 13.1)	(10.659.960)	3,00%	(10.979.714)	(11.059.652)	(11.139.591)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa 16)	(279.575)	3,00%	(287.961)	(290.058)	(292.154)
Provisões socioambientais - IPCA (nota explicativa 17)	(238.381)	3,00%	(245.531)	(247.319)	(249.107)
Fator de Disponibilidade - IGPM - (nota explicativa 12)	(258.365)	4,31%	(269.508)	(272.293)	(275.079)
Outras provisões - IGPM - (nota explicativa 20)	(344.955)	4,31%	(359.832)	(363.552)	(367.271)
Cauções em garantia - IGPM (nota explicativa 18)	(431.454)	4,31%	(450.062)	(454.714)	(459.366)
Passivo líquido exposto	(15.785.131)		(16.257.691)	(16.375.830)	(16.493.972)
Efeito líquido das variações			(472.560)	(590.699)	(708.841)

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº13.1(b)).

3.3 Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira foram:

Descritivo	Nota	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Debêntures	13.2	5.117.663	4.961.279
Empréstimos	13.1	11.173.360	10.998.388
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(245.152)	(77.324)
Depósitos em garantia	6	(266.375)	(186.522)
Dívida líquida (A)		<u>15.779.496</u>	<u>15.695.821</u>
Total do patrimônio líquido		2.833.716	3.261.152
Total do capital (B)		<u>18.613.212</u>	<u>18.956.973</u>
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)		84,78%	82,80%

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Fundos de caixa	16	7
Bancos conta movimento	44	272
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	224.584	46.030
Operação Compromissada	20.508	31.015
	<u>245.152</u>	<u>77.324</u>

As aplicações financeiras no primeiro trimestre do ano de 2020 tiveram um rendimento médio de 94,68% da variação do CDI e possuem vencimentos médios de até 462 dias da data da sua contratação e são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	18.728	556
Banco ABC do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	-	4.792
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)	-	3.371
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	58.988	15.401
Haitong Banco de Inv. Do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(S&P)	7.715	3.633
Haitong Banco de Inv. Do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	AAA(S&P)	5.042	-
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	61.058	4.549
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB-(Fitch)/Ba2(Moody's)/BB-(S&P)	15.466	5.928
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	2.110	3.153
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	61.162	8.093
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	-	10.291
Banco Safra S.A.	Compromissada	CDI	Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	-	10.004
Caixa Econômica Federal S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	14.823	7.274
Outros				60	279
				<u>245.152</u>	<u>77.324</u>

Notas Explicativas da S.A.**5. CONTAS A RECEBER**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 37 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

	<u>31 de março de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Consumidores - Fornecimento industrial	13.177	60.767
Concessionárias - Suprimento convencional	<u>338.812</u>	<u>322.160</u>
	<u><u>351.989</u></u>	<u><u>382.927</u></u>

Contas a receber "Consumidores - Fornecimento industrial": referem-se a créditos existentes com consumidores de energia.

Contas a receber "Concessionárias - Suprimento convencional": referem-se a créditos existentes com revendedores de energia.

6. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	<u>31 de março de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Circulante:		
Reserva do serviço de debêntures - 2ª emissão (i)	8.106	-
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	66.720	26.092
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	79.040	48.965
Reserva Fianças (iii)	5.173	5.121
Outras cauções (iv)	<u>2.953</u>	<u>2.953</u>
	<u>161.992</u>	<u>83.131</u>
Não circulante:		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (v)	19.374	19.190
Reserva estática de debêntures - 3ª emissão (vi)	72.890	72.198
Reserva de O&M (vii)	<u>12.119</u>	<u>12.003</u>
	<u>104.383</u>	<u>103.391</u>
	<u><u>266.375</u></u>	<u><u>186.522</u></u>

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face:

- (i) Ao pagamento de juros da 2ª emissão de debêntures equivalente a 3/6 (três sextos) e ao pagamento dos juros e principal da 3ª emissão de debêntures, equivalente a 5/6 (cinco sextos), ambas compostas nos seis meses anteriores da prestação vincenda. Os próximos pagamentos ocorrerão em 29 de junho de 2020 e 15 de abril de 2020, respectivamente.
- (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).
- (iii) A caução para fianças bancárias.
- (iv) Carta de crédito emitida para pagamento de importação.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (v) Ao saldo correspondente ao montante equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida dos financiamentos FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Devido ao reperfilamento da dívida e condições negociadas, a Companhia está desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM até dez/2022, entretanto a conta reserva deverá ser composta em 24 parcelas mensais e consecutivas a partir de 15/01/2023.
- (vi) A composição da Conta Reserva Estática da 3ª emissão de debêntures, preenchida integralmente com o saldo da prestação vincendo em abril/2020 de juros e principal.
- (vii) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Seguros	9.723	9.320
Repactuação GSF (i)	28.283	28.284
	<u>38.006</u>	<u>37.604</u>
Não circulante:		
Seguros	4.027	5.903
Repactuação GSF (i)	115.490	122.561
	<u>119.517</u>	<u>128.464</u>
	<u>157.523</u>	<u>166.068</u>

- (i) Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF ("Generation Scaling Factor"), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

7.1. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Em 31 de março de 2020, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente para fazer face a eventuais sinistros e garantir a operação da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas da S.A.

Modalidade	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (IS) / Valor em Risco (VR)	Prêmio
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE	22.10.2019 a 22.04.2021	200.000	4.000
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	14.07.2019 a 14.07.2020	100.000	430
Riscos Operacionais	Danos Materiais: máquinas, móveis e utensílios que constituem parte integrante do estabelecimento	22.10.2019 a 22.10.2021	800.000/7.835.750	12.483

Importância Segurada (IS): limite de responsabilidade da seguradora.

Valor em Risco (VR): valor do bem, ou conjunto de bens segurados.

8. DISPÊNDIOS REEMBOLSÁVEIS

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Não circulante:		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	71.307	70.125
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	1.650.189	1.634.048
(-) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (ii)	(678.551)	(678.551)
	<u>1.042.945</u>	<u>1.025.622</u>

Tratam-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"). Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria as parcelas reembolsáveis em contrapartida a "Dispêndios reembolsáveis". Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

- (i) Conforme o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 01 de dezembro de 2008, que estabeleceu a primeira antecipação da entrada em operação comercial da Usina e de acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o CCSA, a Companhia deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$78,87/MWh), tendo em vista o não cumprimento do cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras previsto no cronograma do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O saldo é atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- (ii) Em novembro de 2010, durante a fase de construção da Usina, o CCSA apresentou para a Companhia novo cronograma de entrada em operação comercial, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Santo Antônio, de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, estabelecendo "bônus" pelo resultado líquido que seria auferido em razão da antecipação, no valor máximo de R\$122,00 por MWh, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente cumprido, gerando para a Companhia custos de recomposição de lastro referente à energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação contratada. Tais custos suscitaram o direito de ressarcimento da Companhia junto ao CCSA cujo valor, referido a 31 de março de 2020 atualizado monetariamente pelo IGP-M, monta a R\$1.650.189. O montante sujeito a atualização monetária está líquido do valor de PECLD.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Durante o exercício de 2014, o CCSA requereu que, no cálculo dos custos de recomposição de lastro da energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação, fosse utilizado o limitador de R\$122,00 por MWh, referido à data-base do contrato assinado entre as partes. A Administração da Companhia efetuou análises do pleito, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável que naquela data era de R\$1.383.211, registrou um "impairment" no valor de R\$678.551, resultando num valor esperado de recebimento de R\$704.660 em 31 de dezembro de 2014.

A SAAG Investimentos S.A. e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., acionistas da Controladora da Companhia, requereram, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - MESA - CAM 63/15, em razão da constituição do "impairment", o qual foi julgado em 07 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do "impairment" citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do "impairment" no balancete contábil encerrado em julho de 2017, período abrangido pelas informações trimestrais de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Companhia requereu, perante a "International Chamber of Commerce - ICC", a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Neste contexto e tendo presente o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 38 (Atual CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"), nas informações referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, foi registrada Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, no valor de R\$ 678.551, nas Demonstrações Financeiras no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, tendo em vista a expectativa da Companhia com relação a recuperação destes ativos.

Em 31 de março de 2020, a Companhia confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

A Companhia orienta que a leitura dessa nota explicativa seja feita em conjunto com as notas explicativas nº 18 e nº 20.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Composição

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") registrados no período são apurados em bases correntes e diferidas. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. Os cálculos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos são feitos utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%.

Notas Explicativas da S.A.

O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>31 de março de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Saldo no início do período	505.367	505.571
Movimentação		
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	654	2.614
Amortização do Uso do bem público	(375)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(18)	(74)
Amortização de Servidões	(1)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais	(290)	(1.642)
Base de Cálculo	<u>(30)</u>	<u>(603)</u>
IRPJ - 25%	(7)	(150)
CSLL - 9%	(3)	(54)
Encargos fiscais	<u>(10)</u>	<u>(204)</u>
Saldo no final do período	<u><u>505.357</u></u>	<u><u>505.367</u></u>

O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	<u>31 de março de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Saldo no início do período	505.571	627.181
Movimentação		
Diferenças Temporárias- Provisão FID	-	12.837
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	654	2.614
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	-	24.990
Amortização do Uso do bem público	(375)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(19)	(74)
Amortização de Servidões	(1)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais	(580)	(2.963)
Realização da Diferença Temporária-Provisão FID		(393.578)
Base Cálculo	<u>(321)</u>	<u>(357.675)</u>
IRPJ - 25%	(80)	(89.419)
CSLL - 9%	(29)	(32.191)
Encargos fiscais	<u>(109)</u>	<u>(121.610)</u>
Saldo no final do período	<u><u>505.463</u></u>	<u><u>505.571</u></u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

b) Realização do IRPJ e CSLL

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se o IPCA).

Expectativa de realização dos tributos diferidos:

	Em 31 de março de 2020	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo:						
Prejuízos Fiscais (IR) e base negativa (CS) (i)	264.705	-	-	-	-	(264.705)
Provisões Temporárias- PECLD (ii)	230.707	-	-	(230.707)	-	-
Amortização de Despesas Pré- Operacionais (iii)	364	(279)	(85)	-	-	-
Amortização de Terrenos e Servidões (iv)	619	(20)	(26)	(26)	(26)	(521)
Direito de Outorga-UBP (iv)	12.107	(382)	(510)	(510)	(510)	(10.195)
	<u>508.502</u>	<u>(681)</u>	<u>(621)</u>	<u>(231.243)</u>	<u>(536)</u>	<u>(275.421)</u>
Passivo-						
Custos de transação - emissão de debêntures (iv)	3.145	(667)	(888)	(888)	(702)	-
Líquido	<u>505.357</u>	<u>(14)</u>	<u>267</u>	<u>(230.355)</u>	<u>166</u>	<u>(275.421)</u>

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos conforme descrito abaixo:

- (i) Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social. A Companhia reconheceu em 2015, crédito tributário de R\$264.705, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014.
- (ii) A diferença temporária está relacionada à PECLD- Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa nº8), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual esse evento está registrado nas Demonstrações Financeiras.
- (iii) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis.
- (iv) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Em 06 de dezembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) o Laudo Constitutivo nº 115/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018.

O pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo mencionado foi protocolizado na Receita Federal do Brasil (RFB) em 28/12/2018. Em 29/04/2019, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução para o período de fruição do incentivo.

Em 31 de março de 2020 a Companhia possui Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social no montante de R\$6.497.812 (R\$ 264.705 contabilizados), que de acordo com a legislação tributária brasileira, serão bases para créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no futuro. O Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de Contribuição Social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Notas Explicativas da S.A.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

A Administração da Companhia com base no seu plano de negócio, estima que irá gerar lucro tributável nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos reconhecidos em 31 de março de 2020 no montante de R\$505.357.

10. IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31 de março de 2020			31 de dezembro de 2019
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3,20%	211.205	(50.071)	161.134	162.869
Reservatórios, barragens e adutoras	3,37%	8.577.605	(1.600.635)	6.976.970	7.070.074
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3,76%	4.602.021	(846.882)	3.755.139	3.794.972
Máquinas e equipamentos	3,66%	9.681.754	(1.870.428)	7.811.326	7.910.155
Veículos	16,67%	6.392	(4.590)	1.802	1.990
Móveis e utensílios	6,25%	4.845	(1.743)	3.102	3.073
Total do imobilizado em serviço		23.083.822	(4.374.349)	18.709.473	18.943.133
Imobilizado em curso					
Terrenos		6.914	-	6.914	4.690
Reservatórios, barragens e adutoras		59.179	-	59.179	59.179
Máquinas e equipamentos		18.208	-	18.208	44.359
Veículos		1.400	-	1.400	1.385
Móveis e utensílios		-	-	-	55
Material em depósito		19.264	-	19.264	19.408
Outros		29.326	-	29.326	2.579
Total do imobilizado em curso		134.291	-	134.291	131.655
Total do imobilizado		23.218.113	(4.374.348)	18.843.764	19.074.788

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de março de 2020 tem valor líquido de R\$624 está classificado nesta rubrica de acordo com o CPC 06 parágrafo 47(a)(ii).

As movimentações do imobilizado no período findo em 31 de março de 2020 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2019 Valor Líquido	31 de março de 2020					Valor Depreciaç ão	Valor líquido
		Adições	Transferência /Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor líquido		
Imobilizado em serviço								
Terrenos	162.869	-	-	-	-	(1.735)	161.134	
Reservatórios, barragens e adutoras	7.070.074	-	-	(17.817)	-	(75.287)	6.976.970	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.794.972	-	1.553	-	-	(41.386)	3.755.139	
Máquinas e equipamentos	7.910.155	-	461	17.622	(21.088)	(95.824)	7.811.326	
Veículos	1.990	-	-	-	-	(188)	1.802	
Móveis e utensílios	3.073	-	(461)	52	-	438	3.102	
Total do imobilizado em serviço	18.943.133	-	1.553	(143)	(21.088)	(213.982)	18.709.473	
Imobilizado em curso								
Terrenos	4.690	2.224	-	-	-	-	6.914	
Reservatórios, barragens e adutoras	59.179	-	(17.817)	17.817	-	-	59.179	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	
Máquinas e equipamentos	44.359	1.539	(10.068)	(17.622)	-	-	18.208	
Veículos	1.385	15	-	-	-	-	1.400	
Móveis e utensílios	55	6	(8)	(52)	(1)	-	-	
Material em depósito	19.408	1.835	-	-	(1.979)	-	19.264	
Outros	2.579	2.631	27.893	-	(3.777)	-	29.326	
Total do imobilizado em curso	131.655	8.250	-	143	(5.757)	-	134.291	
Total do imobilizado	19.074.788	8.250	1.553	-	(26.845)	(213.982)	18.843.764	

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

As movimentações do imobilizado no período findo em 31 de março de 2019 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2018		31 de março de 2019				
	Valor líquido	Adições	Transferência /Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	169.809	-	-	-	-	(1.735)	168.074
Reservatórios, barragens e adutoras	7.371.437	-	-	-	-	(75.341)	7.296.096
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.956.797	-	-	-	-	(40.457)	3.916.340
Máquinas e equipamentos	8.239.845	-	-	20.645	-	(88.893)	8.171.597
Veículos	2.918	-	-	-	-	(235)	2.683
Móveis e utensílios	2.587	-	-	-	-	(120)	2.467
Total do imobilizado em serviço	19.743.393	-	-	20.645	-	(206.781)	19.557.257
Imobilizado em curso							
Reservatórios, barragens e adutoras	59.059	29	-	-	-	-	59.088
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	24	-	-	-	-	71
Máquinas e equipamentos	52.585	1.340	-	(20.645)	(1)	-	33.279
Móveis e utensílios	-	154	-	-	-	-	154
Material em depósito	19.228	187	(62)	-	(147)	-	19.206
Outros	33.575	1.550	62	-	(969)	-	34.218
Total do imobilizado em curso	164.494	3.284	-	(20.645)	(1.117)	-	146.016
Total do imobilizado	19.907.887	3.284	-	-	(1.117)	(206.781)	19.703.273

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

11. INTANGÍVEL

A Composição do intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de amortização %	31 de março de 2020			31 de dezembro de 2019
		Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(51.031)	148.308	149.903
Direito de uso	70,59%	-	-	-	820
Servidão permanente	3,75%	10.226	(1.357)	8.869	8.964
Software	20,00%	30.773	(27.220)	3.553	4.204
Total do intangível em serviço		240.338	(79.608)	160.730	163.891
Intangível em Curso					
Software		518	-	518	518
Total do intangível em curso		518	-	518	518
Total do intangível		240.856	(79.608)	161.248	164.409

Notas Explicativas da S.A.

As movimentações do intangível no período findo em 31 de março de 2020 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2019		31 de março de 2020				
	Valor Líquido	Adições	Transferência / Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	149.903	-	-	-	-	(1.595)	148.308
Direito de uso	820	-	(1.553)	-	(36)	769	-
Servidão permanente	8.964	-	-	-	-	(95)	8.869
Software	4.204	-	-	30	-	(681)	3.553
Total do intangível em serviço	163.891	-	(1.553)	30	(36)	(1.602)	160.730
Intangível em Curso							
Software	518	30	-	(30)	-	-	518
Total do intangível em curso	518	30	-	(30)	-	-	518
Total do intangível	164.409	30	(1.553)	-	(36)	(1.602)	161.248

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

As movimentações do intangível no período findo em 31 de março de 2019 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2018		31 de março de 2019				
	Valor Líquido	Adições	Transferência / Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço							
		#VALOR!	#VALOR!				
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	156.282	-	-	-	-	(1.595)	154.687
Direito de uso	-	-	-	1.632	-	(288)	1.344
Servidão permanente	9.348	-	-	-	-	(96)	9.252
Software	9.042	-	-	-	-	(3.294)	5.748
Total do intangível em serviço	174.672	-	-	1.632	-	(5.273)	171.031
Intangível em Curso							
Direito de uso	-	1.632	-	(1.632)	-	-	-
Software	661	24	-	-	-	-	685
Total do intangível em curso	661	1.656	-	(1.632)	-	-	685
Total do intangível	175.333	1.656	-	-	-	(5.273)	171.716

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

12. FORNECEDORES

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Passivo Regulatório (i)	255.288	312.733
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	106.649	105.432
Materiais e serviços	32.008	34.041
Suprimento de energia elétrica	40.656	66.023
Fornecedores Estrangeiros	2.953	2.953
	437.554	521.182
Não Circulante:		
Passivo Regulatório (i)	59.538	161.713
Total	497.092	682.895

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (i) O saldo da rubrica "Passivo regulatório" representa uma posição devedora da Companhia em operações de compra e venda de energia realizada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Contribuiu positivamente para a redução do Passivo regulatório a energia secundária verificada nesse período, proporcionada pelo resultado da sazonalização adicionado ao ressarcimento do Transformador Provisório (TF 13). Além do balanço de energia, a CCEE é responsável por efetuar cobranças dos parcelamentos provenientes de liminares como as de FID - Fator de Disponibilidade.

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$143.421 (a ação foi denominada pela Companhia de FID III e é referente a recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação fundamentava-se na aplicação da Resolução Normativa da ANEEL nº 614/2014, a partir de junho de 2014). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: 10 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, seguindo o calendário de contabilização e liquidação da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a partir de maio/2018. Este parcelamento foi totalmente quitado no exercício de 2019.

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$738.000 (a ação foi denominada pela Companhia de FID II e é referente a recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação estava fundamentado nos esclarecimentos do edital do leilão da UHE Santo Antônio). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: 36 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, seguindo o calendário de contabilização e liquidação da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a partir de julho/2018. Na contabilização de fevereiro/2020 a Companhia realizou a antecipação do pagamento de cinco (5) parcelas subsequentes da dívida (março a julho/2020). Os pagamentos das parcelas remanescentes serão realizados a partir de agosto/2020.

Em setembro de 2019, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE processou a recontabilização referente à aplicação do Despacho ANEEL nº 1635/2019, que trata do ressarcimento aos geradores hidroelétricos pelo deslocamento hidráulico provocado pela Geração Termoelétrica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, o que gerou uma redução de custo (nota explicativa nº 24 (a)) de R\$9.520 à Companhia.

Também em setembro de 2019, a CCEE processou a recontabilização referente à operacionalização do Despacho ANEEL nº 2991/2016 que trata do expurgo de parte das indisponibilidades contabilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS no período de agosto de 2014 a abril de 2019. Essa recontabilização gerou uma redução de custo referente ao FID (Fator de Disponibilidade) (nota explicativa nº 24 (a)) para a Companhia no montante de R\$53.000.

Em fevereiro de 2020, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração da ANEEL, emitiu a Nota Técnica nº 02/2020-SRG/ANEEL, relativa ao ressarcimento financeiro pelos custos incorridos com o Transformador Provisório 525/230 kV - 465 MVA devido à Santo Antônio Energia, quando o equipamento passou a desempenhar funções sistêmicas, no valor de R\$ 25.074, referido a novembro de 2019, pelos custos incorridos com o TF 13, no período de dezembro de 2012 a novembro de 2019.

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas S.A.**13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Conforme informado em demonstrações financeiras anteriores, em dezembro de 2018 a Companhia concluiu o reperfilamento de sua dívida, junto ao BNDES FINEM. O reperfilamento proporcionou uma melhora na liquidez da Companhia, adequando o fluxo de pagamentos à sua capacidade de geração de caixa.

Essa renegociação teve como principais alterações:

(i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) carência de principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) alteração dos indexadores da dívida do BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a para TLP + 3,9% a.a. e do BNDES Indireto de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a. e (iv) pagamento gradual de juros conforme segue:

- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 5% do saldo da dívida a partir de jan/2019 até jun/2019;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 50% do saldo da dívida a partir de jul/2019 até dez/2020;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 60% do saldo da dívida a partir de jan/2021 até dez/2021;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 80% do saldo da dívida a partir de jan/2022 até dez/2023;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 90% do saldo da dívida a partir de jan/2024 até dez/2024;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 100% do saldo da dívida a partir de jan/2025.

13.1. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Passivo circulante</u>				
BNDES - Indireto	R\$	TLP*+ 4,7% a.a	14.588	15.165
BNDES - Direto	R\$	TLP*+ 3,9% a.a	24.193	24.325
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	(601)
		Juros de		
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	10,0% a.a(**)	35.396	34.539
			<u>73.576</u>	<u>73.428</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP*+ 4,7% a.a	5.424.165	5.325.702
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP*+ 3,9% a.a	5.197.014	5.112.222
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(11.714)	(11.864)
		Juros de		
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	10,0% a.a (**)	490.319	498.900
			<u>11.099.784</u>	<u>10.924.960</u>
			<u>11.173.360</u>	<u>10.998.388</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a.

(**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)**

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>	<u>Total</u>
Principal e Encargos	<u>8.434</u>	<u>11.245</u>	<u>10.864</u>	<u>10.103</u>	<u>10.580.533</u>	<u>10.621.179</u>
	<u>8.434</u>	<u>11.245</u>	<u>10.864</u>	<u>10.103</u>	<u>10.580.533</u>	<u>10.621.179</u>

(ii) Garantias

Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamentos e Escritura de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias:

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar.

Notas Explicativas S.A.

(iii) Cláusulas restritivas

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures, os quais possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, (*covenants*). *Covenants* são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas, caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (*default*), dentre os quais:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos;
- (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) igual ou superior a 0,25;
- (c) Índice de Liquidez (Dívida líquida / Patrimônio Líquido) menor ou igual a 3,5;
- (d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, não realizar distribuição de dividendos ou pagamento;
- (e) Não constituir garantias de qualquer espécie com outros credores;
- (f) Não firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE;
- (g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia em montante individual ou agregado superior a R\$20.000, salvo se for validamente comprovado pela Companhia que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente;
- (i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador;
- (j) Relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre;
- (k) Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia cujo valor seja superior a R\$100.000, a SAE deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Conforme obrigação nos contratos de financiamentos e nas escrituras das debêntures, os indicadores financeiros são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente.

Para os Índices de Liquidez e Capitalização, foram obtidos "waivers" em 13 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018, respectivamente, sendo: (i) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) "waiver" obtido até o encerramento do exercício de 2021; e (ii) Índice de Liquidez (Dívida líquida / Patrimônio Líquido) "waiver" obtido até o encerramento do exercício de 2028.

Ademais, em 31 de março de 2020, a Companhia atendeu a todos os "covenants", conforme obrigações descritas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures.

(b) Banco da Amazônia S.A

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 01).

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Principal e Encargos	<u>40.965</u>	<u>54.620</u>	<u>54.620</u>	<u>54.620</u>	<u>285.494</u>	<u>490.319</u>
	<u>40.965</u>	<u>54.620</u>	<u>54.620</u>	<u>54.620</u>	<u>285.494</u>	<u>490.319</u>

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa 13.1 (a) (ii) e (iii).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

Movimentação em 31 de março de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.428	10.924.960
Encargos financeiros provisionados	246.004	134.067
Encargos financeiros pagos	(194.756)	-
Amortização de principal	(10.493)	-
Transferências	(40.607)	40.607
Custos de transação	150	-
Transferências de custo de transação	(150)	150
Saldo em 31 de março de 2020	<u>73.576</u>	<u>11.099.784</u>

Notas Explicativas S.A.

Movimentação em 31 de março de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	53.259	10.219.548
Encargos financeiros provisionados	146.741	91.971
Encargos financeiros pagos	(23.971)	-
Amortização de principal	(9.784)	-
Transferências	(98.410)	98.410
Custos de transação	(11.378)	-
Transferências de custo de transação	10.848	(10.848)
Saldo em 31 de março de 2019	<u>67.305</u>	<u>10.399.081</u>

Os contratos de financiamento contêm cláusula que estabelece a faculdade dos credores poderem exercer o direito de "declarar o vencimento antecipado da dívida" em razão da ocorrência do pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"), Odebrecht Energia do Brasil S.A. ("OEB") e Odebrecht S.A.

Em 31 de março de 2020, a Companhia obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de "declarar o vencimento antecipado da dívida" para os próximos doze meses.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

13.2. Debêntures

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	31 de março de 2020			31 de dezembro de 2019
				Principal	Encargos	Custos de transação	Total
Passivo circulante							
1ª emissão (a)	1ª e 2ª	-	-	-	-	(50)	(50)
2ª emissão (b)	Única	R\$100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	105.000	59.461	(560)	163.901
3ª emissão (c)	1ª	R\$10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	32.800	20.838	(977)	52.661
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	-	22.987	(1.027)	21.960
				<u>137.800</u>	<u>103.286</u>	<u>(2.614)</u>	<u>238.472</u>
							<u>9.359</u>
							<u>211.079</u>
Passivo não circulante							
1ª emissão (a)	1ª	R\$1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	770.448	1.089.767	(425)	1.859.790
	2ª			809.346	974.833	(425)	1.783.754
2ª emissão (b)	Única	R\$100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	218.400	108.194	(1.027)	325.567
3ª emissão (c)	1ª	R\$10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	167.200	62.058	(1.193)	228.065
	2ª			500.000	185.581	(3.566)	682.015
				<u>2.465.394</u>	<u>2.420.433</u>	<u>(6.636)</u>	<u>4.879.191</u>
				<u>2.603.194</u>	<u>2.523.719</u>	<u>(9.250)</u>	<u>5.117.663</u>
							<u>4.961.279</u>

Notas Explicativas S.A.

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$760.060 (R\$770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$760.060 (R\$809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 01).

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na nota explicativa nº 13.1 (a) (ii), exceto pelo subitem (e), cuja a fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Liquidez (Dívida líquida sobre o patrimônio líquido) menor ou igual a 3,5x. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 13 de agosto de 2018 foi obtido "waiver" até o encerramento do exercício de 2028, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo: (i) 1º Emissão a partir de outubro/2023 e (ii) 2º Emissão a partir de junho/2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$100, totalizando R\$420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 01).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na nota explicativa nº 13.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo total) igual ou superior a 25%. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de dezembro de 2018 foi obtido "waiver" até o encerramento do exercício de 2021, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o principal é amortizado da seguinte forma: 5,5% em 27/12/2017; 17,5% em 27/12/2019; 25,0% em 27/12/2020; 24,0% em 27/12/2021 e o saldo remanescente em 27/12/2022. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 2 e 5 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$200.000 (R\$201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$500.000 (R\$504.000, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa 13.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização (Patrimônio líquido/Ativo total) igual ou superior a 25%. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de dezembro de 2018 foi obtido "waiver" até o encerramento do exercício de 2021, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o principal será amortizado da seguinte forma: 1ª série - 16,4% em 15/04/2020; 49,3% em 15/04/2021 e o saldo remanescente em 15/04/2022; 2ª série - 25,1% em 15/04/2022; 55,6% em 15/04/2023 e o saldo remanescente em 15/04/2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos)

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Principal e Encargos	<u>285.932</u>	<u>442.001</u>	<u>505.197</u>	<u>375.277</u>	<u>3.277.420</u>	<u>4.885.827</u>
	<u>285.932</u>	<u>442.001</u>	<u>505.197</u>	<u>375.277</u>	<u>3.277.420</u>	<u>4.885.827</u>

(e) Movimentação de debêntures

Movimentação em 31 de março de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	211.079	4.750.200
Encargos financeiros provisionados	27.393	128.337
Amortização de custos de transação	654	-
Transferências de custo de transação	(654)	654
Saldo em 31 de março de 2020	<u>238.472</u>	<u>4.879.191</u>

Movimentação em 31 de março de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115.919	4.576.426
Encargos financeiros provisionados	26.236	93.710
Amortização de custos de transação	654	-
Transferências de custo de transação	(654)	654
Saldo em 31 de março de 2019	<u>142.155</u>	<u>4.670.790</u>

Notas Explicativas da S.A.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
COFINS	11.895	10.029
PIS	2.578	2.166
COFINS (Parcelamento) (i)	23.071	22.856
PIS (Parcelamento) (i)	4.987	4.941
ICMS	2.328	17.139
INSS	626	620
ISS	552	516
Outros	954	1.377
	<u>46.991</u>	<u>59.644</u>
Não circulante:		
COFINS (Parcelamento) (i)	36.529	41.903
PIS (Parcelamento) (i)	7.896	9.058
	<u>44.425</u>	<u>50.961</u>
	<u>91.416</u>	<u>110.605</u>

- (i) No primeiro semestre de 2018 a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R\$125.708, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento.

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

No exercício de 2018, a Companhia recebeu R\$244.353 em adiantamento de clientes de contrato de venda de energia firmado com a Beta Comercializadora, R\$64.992 firmado com a Matrix Comercializadora, R\$30.420 firmado com a Energisa Comercializadora, R\$20.018 firmado com a Capitale Energia e Comercializadora. Os valores antecipados, estão sendo amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e a serem liquidados até o exercício de 2021.

No exercício de 2019 a Companhia recebeu R\$155.286 em adiantamento de clientes com a Beta Comercializadora. Os valores antecipados serão amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e a serem liquidados até o exercício de 2022.

No período findo em 31 de março de 2020, a Companhia recebeu R\$ 22.700 de adiantamento da Beta Comercializadora, R\$ 39.000 da Cinergy Comercializadora, R\$ 250.000 da Delta Comercializadora. Os valores serão amortizados mensalmente conforme o fornecimento de energia contratado a serem liquidados até o exercício de 2026.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Composição dos adiantamentos de clientes em 31 de março de 2020:

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Energisa Comercializadora de Energia	9.722	8.888
Matrix Comercializadora de Energia	-	4.684
Capitale Energia e Comercializadora	-	1.931
Cinergy Comercializadora de Energia	19.465	-
Beta Comercializadora de Energia	80.525	81.986
	<u>109.712</u>	<u>97.489</u>
Não circulante		
Energisa Comercializadora de Energia	6.370	10.140
Cinergy Comercializadora de Energia	19.535	-
Beta Comercializadora de Energia	166.612	168.757
Delta Comercializadora de Energia	250.000	-
	<u>442.517</u>	<u>178.897</u>
	<u><u>552.229</u></u>	<u><u>276.386</u></u>

16. CAUÇÕES EM GARANTIA

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Companhia uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita através da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos.

O montante, refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de março de 2020, o montante é de R\$449.846 (2019 - R\$437.956), dos quais R\$431.454 registrados no passivo não circulante correspondem às cauções em garantia do Contrato EPC com o CCSA.

17. CONCESSÕES A PAGAR

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2020 totaliza R\$279.575 (2019 - R\$275.581).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº11), em contrapartida do passivo.

Notas Explicativas da S.A.

a) Movimentação da Concessão a Pagar

Movimentação em 31 de março de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.875	252.706
Atualização - IPCA	-	10.236
Ajuste a valor presente	(8)	(483)
Pagamentos	(5.751)	-
Transferências	5.960	(5.960)
Saldo em 31 de março de 2020	<u>23.076</u>	<u>256.499</u>

Movimentação em 31 de março de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.985	251.299
Atualização - IPCA	-	1.438
Ajuste a valor presente	(8)	3.788
Pagamentos	(5.535)	-
Transferências	5.745	(5.745)
Saldo em 31 de março de 2019	<u>22.187</u>	<u>250.780</u>

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante:

2021	24.789
2022	25.633
2023	26.571
2024	27.544
2025	28.552
2026	29.597
2027 a 2043	<u>93.813</u>
	<u>256.499</u>

18. PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	<u>31 de março de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	<u>43.820</u>	<u>61.107</u>
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	104.220	101.707
Compensação ambiental (ii)	<u>90.341</u>	<u>89.490</u>
	<u>194.561</u>	<u>191.197</u>
	<u>238.381</u>	<u>252.304</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras. Tal estimativa foi realizada pela área de sustentabilidade e meio ambiente da Companhia e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia e de sua Controladora, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa.

(i) Nas rubricas "Programas básicos ambientais" estão registradas as estimativas da Administração da Companhia com relação aos gastos socioambientais que a SAE incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA. Essas licenças determinam o atendimento aos 28 programas ambientais constantes do Programa Básico Ambiental (PBA) da Hidrelétrica Santo Antônio por meio da adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA, tais como:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático.
- Programa de Monitoramento Sismológico.
- Programa de Monitoramento Climatológico.
- Programa de Conservação da Flora.
- Programa de Conservação da Fauna.
- Programa de Conservação da Ictiofauna.
- Programa de Saúde Pública.
- Programa de Remanejamento da População Atingida.
- Programa de Apoio às Comunidades Indígenas.
- Programa de Compensação Social.

Movimentação dos Programas básicos ambientais no período findo em 31 de março de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	61.107	101.707
Atualização monetária - IPCA	-	2.513
Realizações	(17.287)	-
Saldo em 31 de março de 2020	<u>43.820</u>	<u>104.220</u>

Notas Explicativas da S.A.

Movimentação dos Programas básicos ambientais no período findo em 31 de março de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	93.640	178.512
Atualização monetária - IPCA	-	2.144
Realizações	(43.098)	-
Transferências	<u>46.741</u>	<u>(46.741)</u>
Saldo em 31 de março de 2019	<u>97.283</u>	<u>133.915</u>

- (ii) O saldo registrado em "Compensação ambiental", calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos são destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra, e em 31 de março de 2020 totalizam R\$90.341 atualizados pelo IPCA no passivo não circulante (2019 - R\$89.490).

Movimentação em 31 de março de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	89.490
Atualização monetária - IPCA	-	851
Saldo em 31 de março de 2020	<u>-</u>	<u>90.341</u>

Movimentação em 31 de março de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	86.120
Atualização monetária - IPCA	-	1.020
Saldo em 31 de março de 2019	<u>-</u>	<u>87.140</u>

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, as discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- (a) Perda provável - são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia faz provisão e destaca em nota explicativa.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Perdas Prováveis:

Movimentação em 31 de março de 2020:

	31 de dezembro de 2019	<u>Movimentações</u>	31 de março de 2020
Não circulante			
Ambiental (i)	15.486	158	15.644
Cível (ii)	27.692	2.646	30.338
Trabalhista	545	76	621
	<u>43.723</u>	<u>2.880</u>	<u>46.603</u>

Movimentação em 31 de março de 2019:

	31 de dezembro de 2018	<u>Movimentações</u>	31 de março de 2019
Não circulante			
Ambiental (i)	14.612	224	14.836
Cível (ii)	30.213	1.900	32.113
Trabalhista	706	(40)	666
	<u>45.531</u>	<u>2.084</u>	<u>47.615</u>

(i) Administrativo Ambiental

Refere-se a auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

(ii) Cível

Trata-se, majoritariamente, de (i) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal de imóveis já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola; e (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação de imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio.

- (b) Perda possível - são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

Em 31 de março de 2020, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R\$3.267.262, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da S.A.

Perdas Possíveis:

Movimentação em 31 de março de 2020:

	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31 de março de 2020</u>
Trabalhista (i)	2.617	409	3.026
Cível (ii)	2.594.267	(47.482)	2.546.785
Administrativo ambiental (iii)	50.217	452	50.669
Tributário (iv)	<u>614.122</u>	<u>52.660</u>	<u>666.782</u>
	<u>3.261.223</u>	<u>(6.039)</u>	<u>3.267.262</u>

Movimentação em 31 de março de 2019:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31 de março de 2019</u>
Trabalhista (i)	439	(80)	359
Cível (ii)	3.212.319	129.713	3.342.032
Administrativo ambiental (iii)	44.232	608	44.840
Tributário (iv)	<u>589.024</u>	<u>8.909</u>	<u>597.933</u>
	<u>3.846.014</u>	<u>139.150</u>	<u>3.985.164</u>

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

Contingências por solidariedade

Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de março de 2020 as contingências possíveis por solidariedade totalizam R\$766.268. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental da Hidrelétrica Santo Antônio e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação do empreendimento.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

	31 de março de 2020		
	Valor envolvido Companhia	Solidariedade	Total
Cível	2.546.785	766.268	3.313.053
Trabalhista	3.026	-	3.026
Ambiental	50.669	-	50.669
Tributário	666.782	-	666.782
Total	3.267.262	766.268	4.033.530

(iii) Administrativo ambiental

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(iv) Tributário

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Companhia.

20. OUTRAS PROVISÕES

	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	344.955	339.237
	<u>344.955</u>	<u>339.237</u>

(i) Nessa rubrica estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital subscrito e integralizado

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 9.664.356 dividido em 10.000.452.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A.

Notas Explicativas S.A.**22. RESULTADO POR AÇÃO**

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo líquido por lote de mil ações para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Trimestres findos em 31 de março	
	2020	2019
Prejuízo do período	(427.436)	(76.059)
Média ponderada do número de ações ordinárias	10.000.452.329	10.000.452.329
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)*	<u>(42,74)</u>	<u>(7,61)</u>

* Companhia não dispõe de instrumentos financeiros e patrimoniais com efeito dilutivo.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Trimestres findos em 31 de março	
	2020	2019
Fornecimento de energia à indústria	38.901	140.116
Suprimento de energia elétrica	<u>827.178</u>	<u>711.753</u>
	866.079	851.869
(-) Deduções da receita		
P & D	(7.755)	(7.447)
ICMS	(2.941)	(23.079)
PIS e COFINS	<u>(79.840)</u>	<u>(76.664)</u>
	(90.536)	(107.190)
Receita operacional líquida	<u>775.543</u>	<u>744.679</u>

24. GASTOS OPERACIONAIS**a) Custos do serviço de energia elétrica**

	Trimestres findos em 31 de março					
	2020			2019		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total	
Energia de curto prazo - CCEE (i)	31.447	-	31.447	198.636	-	198.636
Energia comprada para revenda (i)	(120.127)	-	(120.127)	(83.152)	-	(83.152)
Encargos de uso e conexão (ii)	(268.120)	-	(268.120)	(250.459)	-	(250.459)
Créditos de Pis e Cofins	32.546	1.987	34.533	12.485	978	13.463
Outros encargos	(4.080)	(38.286)	(42.366)	(10.405)	(26.925)	(37.330)
Pessoal	-	(13.920)	(13.920)	-	(16.321)	(16.321)
Material	-	(4.942)	(4.942)	-	(3.441)	(3.441)
Serviços de terceiros	-	(16.869)	(16.869)	-	(20.245)	(20.245)
Depreciação e amortização	-	(214.829)	(214.829)	-	(208.397)	(208.397)
Outros	-	(2.492)	(2.492)	-	(795)	(795)
	<u>(328.334)</u>	<u>(289.351)</u>	<u>(617.685)</u>	<u>(132.895)</u>	<u>(275.146)</u>	<u>(408.041)</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (i) No trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia adotou a estratégia comercial de aumentar o volume de compras bilaterais a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (*GSF*), no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gerando uma elevação nos custos relacionados à rubrica "Energia comprada para revenda".

Referida estratégia de sazonalização, perfil de geração da Companhia e de todos os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no período úmido, adicionada à flexibilização dos clientes, proporcionaram uma posição positiva da Companhia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que pode ser observada na rubrica "Energia de curto prazo - CCEE".

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia.

b) Despesas gerais e administrativas

	Trimestres findos em	
	31 de março	
	2020	2019
Pessoal e administradores da entidade	(6.638)	(6.167)
Fees e comissões para bancos	(804)	(800)
Serviços de terceiros	(13.666)	(10.152)
Amortização	(328)	(2.942)
Alugueis e arrendamentos	(341)	(535)
Seguros	(279)	(2.983)
Tributos	(32)	(267)
Outras	(2.616)	(2.034)
	<u>(24.704)</u>	<u>(25.880)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestres findos em	
	31 de março	
	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.220	2.550
Outras receitas financeiras	2.141	3.714
Variações monetárias moeda nacional	19.750	28.404
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(197)	(237)
	<u>24.914</u>	<u>34.431</u>
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(535.801)	(356.267)
Variações monetárias de dívidas	-	(141)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(11.342)	(6.381)
Variações monetárias moeda nacional	(37.100)	(51.187)
Outras despesas financeiras	(1.251)	(3.683)
	<u>(585.494)</u>	<u>(417.659)</u>
	<u>(560.580)</u>	<u>(383.228)</u>

Notas Explicativas

26. PARTES RELACIONADAS

	Relação com a Companhia	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
		31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019	2020	2019	2020	2019
Circulante									
CEMIG Geração e Transmissão S.A	(i)	68.179	57.860	2.165	5.745	221.245	152.823	6.503	16.476
CEMIG Distribuição S.A	(ii)	22.167	-	-	-	49.072	-	3.980	7.768
Andrade Gutierrez Participações S.A	(ii)	-	-	-	-	-	-	-	13
Furnas Centrais Elétricas S.A	(i)	1.151	812	17.853	17.604	13	-	54.033	50.894
Não Circulante									
Construtora Norberto Odebrecht S.A	(ii)	-	-	32.955	32.326	-	-	-	-
		<u>91.497</u>	<u>58.672</u>	<u>52.973</u>	<u>55.675</u>	<u>270.330</u>	<u>152.823</u>	<u>64.516</u>	<u>75.151</u>

(i) Acionista da Controladora

(ii) Acionista indireto da Controladora (grupo econômico)

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui seis Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre vigentes, dos quais quatro tem a SAE como vendedora e dois como compradora de energia da CEMIG. Os prazos variam, sendo os dois mais curtos válidos até 2019 (compra e venda) e os três mais longos válidos até 2027 e 2029. Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

CEMIG Distribuição S.A. - A Companhia possui Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da Garantia Física da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 01). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2046. Os contratos acima expostos estavam suspensos até 31 de dezembro de 2019 via Resolução ANEEL nº 711/2016.

Andrade Gutierrez Participações S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão (nota explicativa nº 20 (ii)).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. - A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP") participaram dos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica (nota explicativa nº 20 (ii)).

Furnas Centrais Elétricas S.A. - A Companhia possui contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como compradora de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (nota explicativa nº12).

Remuneração dos administradores

	Trimestres findos em 31 de março	
	2020	2019
Remuneração	1.344	1.533
Benefícios diretos e indiretos	66	72
Total	<u>1.410</u>	<u>1.605</u>

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

Notas Explicativas S.A.**28. RISCOS RELACIONADOS À CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS**

Em face de notícias divulgadas em 2015 por alguns meios de comunicação sobre suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora que eram membros do CCSA, a Companhia contratou consultoria jurídica especializada externa para acompanhar e monitorar, trabalhos estes que se prolongaram até o início de 2018, a extensão dos fatos e eventuais desdobramentos de tais investigações face à Companhia.

Nesse período, além da análise de informações e documentos públicos, obtidos a partir das delações premiadas, inquéritos e investigações oficiais, referida consultoria analisou também informações e documentos internos da Companhia. Esses trabalhos concluíram não haver evidências, fatos ou indícios de envolvimento da Companhia em atos relacionados à operação ("Lava Jato").

Investigação Independente conduzida pela Companhia

Em razão da relevância do tema e da continuidade das investigações, inquéritos e processos relacionados à operação Lava-Jato, a Administração da Companhia entendeu ser adequada a continuidade e complementação dos procedimentos realizados até então pela Companhia e por seus consultores, bem como adotar novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de "compliance" e governança corporativa.

Neste contexto, a Diretoria Executiva da Companhia deu ciência ao Conselho de Administração e este aprovou a contratação de Escritório Jurídico Independente especializado em investigações forenses para realização de investigação específica sobre os elementos acima descritos. A investigação independente foi iniciada em agosto de 2018 e concluída em fevereiro de 2019.

Para apoiar e acompanhar os trabalhos da investigação e garantir isenção e independência do Escritório Jurídico Independente contratado, a Companhia constituiu uma Comissão Independente composta pelos dois membros independentes do seu Conselho de Administração e por um profissional externo unicamente contratado para compor a Comissão, com experiência em processos investigativos. Ao final da investigação, o Escritório Jurídico Independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração.

O relatório final conclui que no tocante ao conteúdo de colaborações e delações premiadas tornadas de conhecimento público em maio de 2017, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações ainda não concluídas, de acordos de leniência e/ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras, esta investigação, realizada pelo Escritório Jurídico Independente, não encontrou evidências objetiva que permitam afirmar objetivamente, (i) suposta existência de pagamentos indevidos por parte da SAE que devam ser considerados para eventual baixa contábil, (ii) repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas supostamente pagas por membros do CCSA e (iii) vinculação da Companhia aos atos supostamente praticados por seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

Por outro lado, a investigação conduzida identificou a necessidade da adoção de melhorias nos processos internos da Companhia e de aprimoramento do seu Código de Ética e de suas normas de conduta.

Cumprе salientar finalmente que tal investigação independente foi conduzida diligentemente pela Companhia sem que seus administradores tenham sido notificados a respeito de qualquer denúncia ou evidência concreta de fatos associados à Operação "Lava Jato" que atentem contra a Companhia ou seus administradores, até a data da aprovação dessas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Aprimoramento de processos e controles

Em razão da relevância do tema e por recomendação do relatório final da investigação, o Conselho de Administração determinou a contratação de assessoria jurídica para apoiar a Administração da Companhia no que tange aos resultados da investigação e na revisão de alguns processos internos. A Administração da Companhia está comprometida e vem adotando novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de "compliance" e governança corporativa implantados pela sua Área de "Compliance".

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 09 de abril de 2020, a Companhia obteve do Banco da Amazônia S.A. -FNO deferimento do pedido de postergação dos pagamentos de 09 parcelas com desembolso mensal de R\$ 6.000, vincendas nos meses de abril a dezembro de 2020. As parcelas postergadas serão capitalizadas ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão dos pagamentos e sem alteração do prazo de amortização da dívida. Referida postergação teve amparo legal na Resolução BACEN nº 4.798, de 06 de abril de 2020.
- b) Em 15 de abril de 2020, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 79.000 correspondentes a parcela dos juros remuneratórios e de principal da 3º Emissão de debêntures, dos quais: (i) 1º série (STEN13) R\$ 9.000 correspondentes aos juros e R\$ 45.000 equivalentes ao principal, e (ii) para a 2º série (STEN23) R\$ 25.000 correspondentes aos juros remuneratórios.
- c) Em 20/04/2020, a White Martins Gases Industriais Ltda. ajuizou Tutela Cautelar Antecedente à Arbitragem requerendo a antecipação de tutela para suspender o Contrato vigente por 90 (noventa) dias. No entanto, o juiz indeferiu a antecipação da tutela cautelar pretendida. A decisão em comento foi publicada em 04/05/2020 e está sujeita a recurso.

Adicionalmente foi requerida perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem procedimento arbitral em face da Companhia, com arbitragem instaurada em caráter sigiloso, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem. Referida arbitragem tem probabilidade de perda remota na classificação dos assessores jurídicos externos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Santo Antônio Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Investigações legais - riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 às informações contábeis intermediárias, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, que envolvem o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA").

A Administração da Companhia contratou um escritório de advocacia forense e constituiu uma comissão de investigação independente. Ao fim da investigação, o escritório de advocacia forense emitiu seu relatório, em fevereiro de 2019, apresentado à Comissão de Investigação e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações procedidas pelo Ministério Público Federal e dos termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Posteriormente, a Companhia contratou um escritório de advocacia com o objetivo de avaliar as eventuais implicações criminais, jurídicas e legais relativas às constatações apontadas no relatório emitido pelo escritório de advocacia forense. Em relatório emitido em julho de 2019, tal escritório de advocacia concluiu pela não existência de riscos prováveis pela Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marcio Albuquerque Cavalcanti

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 264164/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

("Companhia") CNPJ 09.391.823/0001-60

NIRE. 35.300.352.891

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, na sede social da Companhia, por unanimidade, deram por analisadas, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2020, encerrado em 31 de março de 2020.

São Paulo, 13 de maio de 2020.

CONSELHEIROS FISCAIS:

LUIZ EDUARDO MARQUES MOREIRA

JOÃO ANTÔNIO PINHEIRO SAMPAIO MEIRELLES

ROBERTA DA ROCHA MIRANDA LOPES BORIO

VINICIUS ROMBOLI NARCIZO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CRC 2SP011609/O-8.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Ajuste no Relatório da Administração/Comentário de Desempenho